



**Publicado originalmente em:** Jornal O Popular. 6 de janeiro de 2004.

## **ESTADO DO PLANALTO CENTRAL: PARA QUÊ?**

Antonio Teixeira NETO  
Professor Dr. UCG

A reportagem veiculada no jornal O POPULAR de 23 de novembro último “Goiás se une contra novo Estado” não constitui para mim nenhuma surpresa. Por que? Simplesmente porque ao longo de sua história Goiás sempre foi objeto de fatiamento do seu território para atender a interesses políticos, e não políticos, mal explicados. Não há espaço aqui para historiar as perdas territoriais de Goiás desde a criação da Capitania em 1748, mas uma coisa é certa: não há no Brasil nenhuma outra unidade federativa que tenha sofrido tantas amputações em seu território quanto o Estado de Goiás. Minas Gerais lhe arrancou o atual Triângulo Mineiro em 1816, então chamado de “Sertão da Farinha Podre”; Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, que constituíam um só Estado até 1977, desde o início da colonização ocupou sucessivamente toda a região compreendida entre o rio das Mortes e o rio Araguaia, a oeste, e entre o rio Pardo e o rio Aporé, a sudoeste; a Bahia quis tomarlhe a atual região tocaninense do Jalapão; mais uma vez Minas Gerais quis também anexar ao seu território a região compreendida entre o rio Verde e o rio São Marcos, no município de Catalão; para a criação do Distrito Federal foram cedidos mais de 5.000 quilômetros quadrados e, por último, a criação do Estado do Tocantins levou cerca de 290.000 quilômetros quadrados. De extenso que era no início aproximadamente 1.000.000 de quilômetros quadrados –, Goiás encolheu, nas contas do IBGE, para exatos 340.086,698 quilômetros quadrados.

Muitas destas perdas territoriais podem ser facilmente explicadas à luz da geografia e da história do nosso Estado, como, por exemplo, o seu fraco e mal distribuído povoamento, que perdeu ou até recentemente, a concentração urbana no interior e em volta de seus antigos centros geoeconômicos – as regiões do “Mato Grosso” de Goiás, ao sul, e do “Bico do Papagaio”, ao norte –



e, eis aqui uma tese interessante, o isolamento tanto geográfico, como político que a Capitania e depois a Província e o Estado conheceram durante quase dois séculos. Todos esses fatores reunidos favoreceram as cisões que todos nós conhecemos, das quais a que menos trauma acarretou para nós goianos foi a criação do Estado do Tocantins em 1988. Na verdade, Goiás e Tocantins, ou seja, o Sul e o Norte, como eram chamados desde o início da colonização - Minas do Sul e Minas do Tocantins ou do Norte -, já nasceram de costas um para o outro e a criação do Estado irmão mais cedo ou mais tarde iria acontecer. Aconteceu no momento em que o Norte já se encontrava mais organizado territorialmente e, poder-se-ia dizer, com dinâmica própria para dar sustentação à sua vida política, social e econômica. Dizem que Minas Gerais se serviu da força política e de impulsos amorosos não correspondidos de Dona Beja para tomar de Goiás uma das regiões mais propícias à criação de gado, na época o motor da economia, que é o Triângulo Mineiro. Desde o início da colonização, Mato Grosso incentivou a instalação de fazendas e a ocupação humana em território que não era seu, ao longo do caminho que ligava a Capitania de São Paulo, em volta das cabeceiras dos rios Araguaia e Pardo, no que é hoje chamado de Planalto dos Alcantilados. Fatos políticos e geográficos como estes não deixaram de ter repercussão na estabilidade territorial e econômica de Goiás, fazendo com que o território se fragmentasse, como se fragmentou, desde o seu nascimento institucional em 1748. Mas, parece que o atual território está de bom tamanho, tanto política, como administrativamente. Está mais compacto, embora este critério geográfico não seja o principal fator de desenvolvimento e estabilidade territorial de um Estado e de uma sociedade. A questão se situa em um outro nível, sobretudo, o político e social. O que melhor garante maior estabilidade e uma maior coerência territorial de um Estado é, principalmente, a maneira como a riqueza por ele gerada é distribuída internamente e como as ações governamentais são postas em prática a fim de se evitar que se abram fossos intransponíveis entre as diferentes regiões, ou seja, evitar que regiões mais pobres se sintam de tal modo à margem do processo político, social e econômico a ponto de levá-las a pensar que seria melhor tornarem-se autônomas do que permanecerem no estado de abandono em que se encontram.

Geralmente tem sido este o pretexto que alguns políticos desavisados procuram de quando em vez jogar verde para colher maduro e, assim, propor verdadeiras heresias históricas, geográficas e, sobretudo, sociais e políticas, como esta proposta de criação de um novo Estad



o no Entorno do Distrito Federal. Digo heresias por vários motivos, e a primeira delas é geográfica, pois a proposta de emenda constitucional do ex-senador Francisco Escórcio visa colocar em um mesmo invólucro geográfico, municípios que não entretêm nenhuma relação entre si, como, dentre outros, Buritinópolis, situado em uma região que sempre carregou o estigma de “pobre”, “atrasada”, “problemática” o “Vão do Paranã” e Cristalina. Bem ou mal, Cristalina há muito tempo faz parte do que chamamos de “Entorno de Brasília” e, mais bem que mal, é, hoje, um dos municípios em que a agricultura comercial é das mais modernas de Goiás. Buritinópolis continua lá onde ele está, ainda adormecido no vale do rio Corrente e trazendo em seu bojo o mais baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de Goiás – 0,606, segundo dados do IBGE. Aliás, excetuando-se Cidade Ocidental 0,795, nenhum outro município, dentre os que supostamente comporiam esse novo Estado, tem IDH superior à média de Goiás, que é de 0,776. Mas, mesmo se situando no último lugar dentre os municípios goianos, certamente Buritinópolis e sua diminuta população vivem dias mais tranquilos que os atribulados habitantes do Entorno. Em caso de uma consulta popular, acredito que dificilmente os habitantes de Buritinópolis queiram fazer parte de um outro Estado que não o de Goiás. Se esse município de nome simpático é aqui citado, isto se dá por uma razão metodológica em análises desta natureza: fazer comparações e estabelecer parâmetros.

Vista apenas por esse ângulo, a proposta de criação do Estado do Planalto Central não passa realmente de uma heresia política, pois, segundo opina a maioria dos parlamentares goianos e distritais brasilienses junto ao Congresso Nacional, vai-se apenas institucionalizar o estado de carência em que se encontra a região, senão “democratizar” a pobreza.

A heresia histórica é facilmente percebida quando, numa vista d’olhos dos municípios que deveriam constituir o novo território estadual, se constata que dele deveriam fazer parte, como enfatizado logo acima, entidades municipais sem nenhuma afinidade entre si, isto é, sem nenhuma solidariedade histórica, e muito menos social e econômica. Até mesmo a expressão “Estado do Planalto Central” é incoerente para designar esse suposto Estado, porque



o norte se situaria num imenso “vão” (a depressão do rio Paranã) e o sul num imenso planalto – o Planalto Central propriamente dito. Percebe-se nesta proposta de aglomerado municipal apenas uma intenção: a de criar uma entidade estadual pequena demais e problemática demais, se dela fizessem parte apenas os municípios do “Entorno de Brasília”. O “Entorno”, como é conhecido, traz consigo todos os estereótipos sociais negativos imagináveis, principalmente o de uma das regiões mais violentas do Brasil, como, dentre outros, o de “Baixada Fluminense de Goiás”. Então, para contrabalançar esse infortúnio que constitui uma de suas tristes realidades, é melhor alargar o seu território, mas isto só serviria para camuflar suas dificuldades de toda ordem. Ora, já que é assim, por que não juntar a esta proposta municípios que têm muito mais afinidade, inclusive política, com o Entorno que Buritinópolis, Mambaí, Simolândia e Sítio d’Abadia, como é o caso de Unai e Buritis em Minas Gerais? Constitucionalmente, nada impede que se juntem municípios de vários Estados para se criar um outro Estado. Aqueles dois municípios também fazem parte do “Entorno” no que concernem políticas regionais do governo federal. Ao que parece, mexer com territórios de Minas Gerais não seria politicamente correto e poderia inviabilizar mais ainda um projeto que já nasce inviabilizado, tamanha é a sua incoerência geográfica, histórica, política e, sobretudo, social e econômica.

Poder-se-ia também argumentar que em todo e qualquer território estadual coabitam regiões pobres e ricas, o que não é o caso aqui. Se for criado, nesse Estado só coabitariam regiões carentes, não porque seu meio natural seja pobre, ao contrário, é potencialmente rico em possibilidades de desenvolvimento e em novas oportunidades, mas pelo fato de abrigar, principalmente em volta do DF, um contingente populacional altamente proletarizado e sem quase nenhuma outra perspectiva de dias melhores senão a de viver à sombra desse “oásis” de prosperidade, que é Brasília. Não se erradica e nem se combatem as carências apenas no papel, e muito menos dividindo o que é indivisível, a pobreza. Ela não desaparecerá com a criação



desse novo Estado. Aliás, como soe acontecer, tenderia a aumentar mais ainda, porque certamente para ali se dirigiriam, na vã esperança de encontrarem dias melhores e proteção por parte das autoridades governamentais, populações desafortunadas, tanto de Goiás, como também de outros Estados brasileiros. Não há como evitar esse êxodo de pessoas desenraizadas e deslocadas de seu próprio meio em direção às grandes – e nem tão grandes assim – cidades brasileiras. Esse é um mal constitutivo de nosso modelo de sociedade.

#### ALGUNS INDICADORES GEOGRÁFICOS E SÓCIOECONÔMICOS DO QUE SERIA O ESTADO DO PLANALTO CENTRAL

Município	Área	Pop.	Urbaniz.	Migr.	Alfabt.
IDH	ICMS	Renda per capita			
(km2)	(hab.)	(%)	(%)	(%)	
(1000R\$)	(Índice)				
Abadiânia	1044,2	4971	62,9	12,1	89,2
0,723	479	168,3			
Água Fria	2029,4	4469	35,9	19,6	80,3
143,1		0,695			315
Águas Lindas	191,2	105746	99,8	75,4	88,1
1309	150,3				0,717
Alexânia	847,9	20047	79,5	9,7	84,3
168,6		0,696			648
Cabeceiras	1127,6	6758	72,6	16,2	84,2
149,3		0,695			337
Cidade Ocid.	388,2	40377	85,4	41,7	93,9
259,1		0,795			1067
Cocalzinho	1788,0	14626	41,0	13,4	82,3
		0,703			584





Damianópolis	415,3	3303	45,5	4,3	75,6	0,634	49	86,7
Flores	3709,4	7514	29,6	28,1	78,2	0,642	462	111,7
S. J. d'Aliança	3327,4	6736	62,2	10,9	84,0	0,719	470	193,1
Simolândia	347,8	6219	83,6	2,9	76,1	0,657	70	112,5
Sítio d'Abadia	1598,3	2681	37,8	5,8	74,4	0,643	60	96,6
Municíp. do "Vão"	10925,9	37390	33,1	10,8	79,4	0,655	1834	117,7
Estado do Planalto	44648,1	820355	89,0	35,6	87,9	0,677	50997	154,5
Estado de Goiás	340086,7	5003228	87,9	11,8	89,2	0,776	1854394	262,0

FONTE: IBGE (2000). Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M)  
SEPLAN-GO/SEPIN (2001). Indicadores socioeconômicos dos municípios goianos

Para se ter uma idéia dos problemas que sobreviriam à criação desse suposto Estado do Planalto Central, basta uma vista d'olhos sobre alguns índices levantados pelo IBGE no último recenseamento de 2000. Em seu conjunto – levando-se em conta apenas os 26 municípios goianos que o comporiam –, ele abrigaria uma população de aproximadamente 820.000 habitantes (16,3% dos goianos) distribuídos em um território de 44.648,110 quilômetros quadrados (13,1% de Goiás). Mas, se analisarmos mais atentamente a tabela de dados aqui exibida, nos depararemos com outros inconvenientes, como, dentre outros:



- uma oposição nítida entre os municípios do Entorno e os do “Vão do Paranã” no que concerne a distribuição dos habitantes nas cidades e no campo: o “Vão” é ainda eminente rural e o Entorno é essencialmente urbano;
- o Entorno é tipicamente uma zona de atração de populações migrantes, pois cerca de 1/3 de seus habitantes veio de outros Estados da Federação; por seu lado, o “Vão” ainda é visto como uma região, ou um pólo, que mais expulsa que atrai populações;
- economicamente, os municípios do “Vão” têm as menores taxas de renda per capita e arrecadam apenas R\$ 49,00 de ICMS por habitante, se comparada à média estadual, que é de R\$ 371,00 por habitante; nesse particular, o Entorno tem pouca vantagem sobre o “Vão”, pois ali se arrecada R\$ 62,80 por habitante, portanto, também muito aquém da média estadual;
- para exemplificar mais uma vez pontualmente esses contrastes, a tabela nos mostra que enquanto Buritinópolis arrecadou apenas R\$ 15.000,00 de ICMS em 2000, o município mais dinâmico do Entorno – Luziânia – arrecadou no mesmo ano R\$ 1.811.600,00 (R\$ 133,36 por habitante, também muito aquém da média estadual);
- é, contudo, no Entorno que se situa o município – Cidade Ocidental – com IDH acima da média estadual, com índice de 0,795, e é no “Vão” que se situa, como já enfatizado, o de menor índice de IDH todo o Estado de Goiás – Buritinópolis.

Não há necessidade de insistir em demasia sobre o enorme fosso que separa os municípios desse pretense Estado do Planalto Central do restante do Estado de Goiás, e muito mais ainda do Distrito Federal. Muitos outros dados poderiam ser comparados – conforto urbano, saneamento básico, segurança pública, atendimento médico-hospitalar e ambulatorial, oferta de emprego, produção industrial, PIB, etc – para se chegar à conclusão de que o que se quer criar é uma “ilha” de desconforto impressada entre esse “oásis” de prosperidade, que é Brasília, e um Estado de Goiás que se aproxima mais do topo que da base dessa “pirâmide” social e econômica, que é o Brasil.





Dividir o que é pouco é pior que dividir o que é razoável. Goiás ainda não tem muito, mas tem o suficiente para, pelo menos, minimizar males que afetam o Entorno e regiões desassistidas, como a do “Vão do Paranã”. Índices sociais, como população alfabetizada, por exemplo, mostram que, não obstante todas as dificuldades que isto representa – desde a insuficiência de infraestrutura das escolas e a falta de clareza das políticas educacionais –, tem-se verificado uma melhoria acentuada em todas as regiões de Goiás, inclusive na região mais carente, que é o Nordeste Goiano. Outros, como taxa bruta de frequência escolar, revelam que, pelo menos no contexto dos municípios que comporiam o Estado do Planalto Central, não é no Entorno, mais urbanizado, que essa variável é mais animadora, mas sim no velho e esquecido “Vão”: 0,782, contra 0,727.

Em guisa de conclusão, eis uma resposta contundente à pergunta formulada no título deste artigo: nada justifica a criação desse Estado do Planalto Central, porque, dentre as muitas incoerências que isto representa, sua criação seria uma idiosincrasia tanto do ponto de vista político, como histórico e geográfico. Não se cria um novo Estado do dia para a noite e muito menos sem levar em conta o que pensa a parte mais interessada, que é a sua população. O sentimento de autonomia é próprio do ser humano e isto se aplica também às entidades territoriais. Mas, essa autonomia tem que encontrar solidariedade de uma parte e de outra dos atores envolvidos – o governo, os municípios e os seus habitantes. O Estado do Tocantins levou 240 anos para se tornar autônomo e, ao longo desses anos, ele criou o que é fundamental para a coesão histórica, geográfica e política de uma entidade territorial: solidariedade e comprometimento entre seus habitantes. Um Estado não é apenas um mosaico de coisas díspares – municípios e pessoas sem quase nenhuma afinidade histórica e pouca solidariedade –, ao contrário, é um conjunto coerente em que as partes devem ter pelo menos um ponto em comum: querer fazer as coisas juntas. Apenas para reforçar o que já foi dito, será que os habitantes de Buritinópolis, que freqüentam melhor as



aulas, apesar de ostentar o mais baixo índice de IDH de Goiás e de ter a economia menos dinâmica do Estado, querem deixar de ser goianos para serem planaltenses? Somente eles terão respostas para essa indagação. Aliás, não somente eles, mas também os outros habitantes dos outros municípios, inclusive os das cidades satélites de Brasília, já que a proposta de criação do Estado do Planalto Central teria a cidade de Taguatinga como capital. Se a criação de um novo Estado fosse o melhor caminho para tirar as regiões do estado de desconforto e de dificuldade em que se encontram, nada mais simples que redividir, ou melhor, atomizar o território nacional em tantas unidades “estaduais” quantas fossem possíveis. Ora, é na vida interna dos Estados que se procura diminuir o fosso que existe entre regiões e, assim, gerir melhor as dissimetrias geográficas, históricas e sociais que existem em todo e qualquer território, seja ele municipal, estadual ou nacional. Um grande historiador – Fernand Braudel – sempre dizia que todo país, logo, todo território, é dividido e vive disso.

Goiânia, 27 de novembro de 2003

Antônio Teixeira Neto

Licenciado em História

Engenheiro agrimensor

Doutor em Geografia e Cartografia

e-mail: [netomap@hotmail.com](mailto:netomap@hotmail.com)